



Audiências e seminários

13/08/2018 (SEGUNDA-FEIRA)

CDHM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Audiência Pública

SEGUNDA-FEIRA 13/08

LOCAL: Anexo II, Plenário 09 - 14h

TEMA: “Novo traçado da BR-158 no Estado do Mato Grosso”

Convidados:

- Luiz Antônio Ehret Garcia - Diretor de Infraestrutura Rodoviária-DIR/DNIT; **(NÃO COMPARECEU)**
- André Martins de Araújo, diretor de Planejamento e Pesquisa (DPP/DNIT); **(COMPARECEU)**
- Everton Pereira Aguiar - Procurador da República no Município de Barra do Garças/MS; **(COMPARECEU)**
- Orlando Fanaia Machado - Superintendente Regional do DNIT no Estado de Mato Grosso - SR/MT **(COMPARECEU)**
- Dom Leonardo Steiner - Secretário-Geral da CNBB; **(COMPARECEU)**
- Rodrigo Paranhos Faleiro - Presidente Substituto da Fundação Nacional do Índio - Funai; **(COMPARECEU)**
- Cleber Buzatto - Conselho Indigenista e Missionário - CIMI **(COMPARECEU)**

(Requerimento nº 57/2018 - dos Deputados Patrus Ananias e Nilto Tatto.)

COMISSÃO ESPECIAL - POL. NACIONAL DE REDUÇÃO DE AGROTÓXICOS



COMISSÃO ESPECIAL - PL 6670/2016 (PNARA)

Audiência Pública

SEGUNDA-FEIRA 13/08

LOCAL: Anexo II, Plenário 13 - 14h30

TEMA: Os bioinsumos no Brasil e políticas para o desenvolvimento do setor.

Convidados:

- TEREZA SAMINÊZ - Coordenadora de agroecologia do MAPA **(COMPARECEU)**
- ROSE MONNERAT - Representante de controle biológico e recursos genéticos da Embrapa **(COMPARECEU)**
- CELSO TOMITA - Representante da Hatten agrícola **(COMPARECEU)**
- EDIVALDO VELINI - Professor da UNESP Botucatu **(COMPARECEU)**
- PAULA JOHNS - Representante do Conselho Nacional de Saúde - CNS **(COMPARECEU)**

(Req. 26/18 Dep. Alessandro Molon e Req. 29/18 Dep. Tereza Cristina)

14/08/2018 (TERÇA-FEIRA)

CAPADR

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

audiência Pública

TERÇA-FEIRA 14/08

LOCAL: Anexo II, Plenário 06 - 10h

TEMA: Debater o Crédito Fundiário.



Convidados:

- Presidente do Incra;
- Secretário Especial de Desenvolvimento Agrário;
- Representante da Febraban;
- Representante do Banco do Brasil - BB;
- Representante do Banco Central - BC;
- Representante do Ministério da Fazenda;
- JOACI FRANKLIN DE MEDEIROS, Coordenador de Assuntos Estratégicos da CNA; (confirmado)
- ELIAS D'ANGELO BORGES, Secretário de Política Agrária da CONTAG; (confirmado)
- Organização das Cooperativas do Brasil - OCB. (não virá)

Requerimento nº 568/2018, Deputado Roberto Balestra - PP/GO.

RESULTADO: CANCELADA

-

CVT

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

audiência Pública

TERÇA-FEIRA 14/08

LOCAL: Anexo II, Plenário 09 - 09h30

TEMA: Discutir a situação atual dos contratos de concessões rodoviárias.

CONVIDADOS:

- VALTER CASIMIRO SILVEIRA - Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; **(NÃO COMPARECEU)**
- MARIO RODRIGUES JÚNIOR - Diretor-Geral da ANTT; **(COMPARECEU)**



- RAIMUNDO CARREIRO - Presidente do TCU; **(NÃO COMPARECEU)**
- LUIZ FERNANDO URURAHY DE SOUZA Secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil do Tribunal de Contas da União - TCU **(COMPARECEU)**
- CÉSAR BORGES - Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR; **(COMPARECEU)**
- RAQUEL DODGE - Procuradora-Geral da República do MPF. **(NÃO COMPARECEU)**

(Req. CVT 318/18, do deputado Domingos Sávio)

PLENÁRIO

-

14/08/2018 (TERÇA-FEIRA)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - Deliberativa (9h)

1 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 830, DE 2018

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 830, de 2018 - Extingue o Fundo Soberano do Brasil, criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta e das Emendas de nºs 3 e 5 a 18; pela inadmissibilidade das emendas nºs 1, 2, 4 e 19; e, no mérito, pela aprovação desta e pela rejeição das Emendas de nºs 3 e 5 a 18. (Rel: Dep. Mendonça Filho).

PRAZO NA CÂMARA: 18/06/2018

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 06/07/2018

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 03/08/2018

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 02/10/2018

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO QUE ENCAMINHA O PROCESSADO DA MEDIDA PROVISÓRIA À CÂMARA DOS DEPUTADOS.

RESULTADO: Discussão em turno único (EXTRAPAUTA).

Discutiram a Matéria: Dep. Pedro Uczai (PT-SC), Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Dep. Henrique Fontana (PT-RS), Dep. Helder Salomão (PT-ES), Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ) e Dep. João Daniel (PT-SE).

Encerrada a discussão.

Retirado de pauta, de ofício.



2 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 838, DE 2018

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 838, de 2018, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta e das emendas apresentadas; pela; e, no mérito, pela aprovação desta, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2018, adotado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 36 (Relator: Deputado Arnaldo Jardim).

PRAZO NA CÂMARA: 26/06/2018

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 14/07/2018

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 11/08/2018

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 10/10/2018

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO QUE ENCAMINHA O PROCESSADO DA MEDIDA PROVISÓRIA À CÂMARA DOS DEPUTADOS.

RESULTADO: não deliberado.

3 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 840, DE 2018

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 840, de 2018, que cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, para os fins que especifica; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 7. (Relator: Sen. Fernando Bezerra Coelho).

PRAZO NA CÂMARA: 03/07/2018

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 04/08/2018

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 18/08/2018

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 17/10/2018

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO QUE ENCAMINHA O PROCESSADO DA MEDIDA PROVISÓRIA À CÂMARA DOS DEPUTADOS.

RESULTADO: não deliberado.

Comissões PERMANENTES

13/08/2018 (SEGUNDA-FEIRA)

CCJC



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

SEGUNDA-FEIRA 13/08

LOCAL: Anexo II, Plenário 01 - 14h

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 780/17 - do Sr. Beto Rosado - que “susta o art. 6º do Decreto nº 80.583, de 20 de outubro de 1977, que dispõe sobre a obrigatoriedade de iodação do sal destinado à alimentação animal”.

13 RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

OBS: Leitura do parecer realizada

ORIENTAÇÃO: ACOMPANHAR

PROJETO DE LEI Nº 7.883/17 - do Sr. Fausto Pinato - que “altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o uso progressivo da força na hipótese de exclusão de ilicitude e especificar que a invasão injusta da propriedade configura causa de legítima defesa”.

14 RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

VOTOS EM SEPARADO: [Chico Alencar e Ivan Valente](#) (pela rejeição)

ORIENTAÇÃO: ACOMPANHAR

PROJETO DE LEI Nº 1.301/07 - do Sr. Valdir Colatto - que “dispõe sobre o uso e a conservação do solo e da água no meio rural”.

RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

25 PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas; do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

OBS: Vista aos Srs. Patrus Ananias e Subtenente Gonzaga (**cumprindo prazo de vista**).

ORIENTAÇÃO: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

PROJETO DE LEI Nº 2.353/11 - do Sr. Alceu Moreira e outros - que “acrescenta o § 9º ao art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a aquisição de leite importado no âmbito da administração pública direta e indireta”.

31 RELATOR: Deputado LUIZ FERNANDO FARIA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

OBS: Retirado de ofício, por ausência do Relator. (18/04 e 08/05 de 2018).

ORIENTAÇÃO: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

RESULTADO: ENCERRADA POR FALTA DE QUÓRUM.



-
14/08/2018 (TERÇA-FEIRA)

CMADS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

TERÇA-FEIRA 14/08

LOCAL: Anexo II, Plenário 02 - 10h

-

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 117/15 - do Sr. Cleber Verde - que “susta o Capítulo III da Instrução Normativa Interministerial nº 001, dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente que exige a emissão de Guia de Trânsito de Peixes com Fins Ornamentais emitida pelo IBAMA para o transporte de peixes com essa finalidade”

1

RELATOR: Deputado DANIEL COELHO.

PARECER: pela rejeição.

ORIENTAÇÃO: ACOMPANHAR

PROJETO DE LEI Nº 5.010/13 - do Senado Federal - Kátia Abreu - (PLS 73/2007) - que “dispõe sobre o controle de material genético animal e sobre a obtenção e o fornecimento de clones de animais domésticos destinados à produção de animais domésticos de interesse zootécnico e dá outras providências”.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Revoga a Lei nº 6.446, de 1977.

RELATOR: Deputado RICARDO IZAR.

PARECER: pela rejeição deste.

2

O Deputado Valdir Colatto apresentou voto em separado em 18/10/2017.

DESPACHO: CMADS è CCTCI (Aprovado) è CAPADR è CCJC (Comissões/Ordinária)

CABE VISTA: NÃO

ORIENTAÇÃO: FAVORAVÉL AO VTS DO DEPUTADO VALDIR COLATTO

ARGUMENTAÇÃO: A futura lei trará segurança jurídica à atividade rural e empresarial envolvida, mais transparência e segurança aos consumidores, agilidade e poder aos órgãos de controle e fiscalização oficiais e, consequentemente, mais credibilidade à pecuária brasileira, também no mercado internacional.



- 3 PROJETO DE LEI Nº 8.894/17** - do Senado Federal - José Agripino - (PLS 791/2015) - que “cria o Fundo de Atendimento a Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas (Fasec) e dispõe sobre seus objetivos e sua gestão e sobre as fontes e a aplicação dos respectivos recursos”.

RELATOR: Deputado ÁTILA LIRA.

PARECER: pela aprovação.

ORIENTAÇÃO: ACOMPANHAR

PROJETO DE LEI Nº 25/15 - do Sr. Sarney Filho - que “dispõe sobre a conservação e a utilização sustentável da vegetação nativa do Bioma Cerrado”.

RELATOR: Deputado AUGUSTO CARVALHO.

PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo.

· Vista conjunta aos Deputados Nilto Tatto e Valdir Colatto, em 24/05/2016.

· O Deputado Valdir Colatto apresentou voto em separado em 04/04/2017.

DESPACHO: CAPADR e CMADS e CFT e CCJC (Comissões/Tramitação: Ordinária)

CABE VISTA: NÃO

ORIENTAÇÃO: CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR e FAVORAVÉL AO VTS DO DEPUTADO VALDIR COLATTO

- 4 ARGUMENTAÇÃO:** A proposta dispõe sobre a conservação e a utilização sustentável do Bioma Cerrado (remete à delimitação do bioma definida pelo IBGE). Entre outras medidas, estabelece que pelo menos 17% do bioma, deve ser composto de unidades de conservação de proteção integral. Também estabelece desmatamento zero no Bioma, exceto nos casos de interesse social, utilidade pública e baixo impacto ambiental. A proposta inviabilizaria a abertura, mesmo que legalmente, de novas áreas.

O Novo Código Florestal estabeleceu limites para abertura de áreas nos diversos biomas brasileiros. Muitas das propriedades no Brasil ainda possuem margem para a exploração dessas novas áreas. A aprovação da proposta retiraria desses produtores esse direito, que foi garantido pelo novo código.

[Resumo Executivo](#)



PROJETO DE LEI Nº 675/15 - do Sr. João Rodrigues - que “dá nova redação ao inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e acrescenta § 2º-A ao mesmo dispositivo, para estabelecer regras relacionadas à obtenção de licenciamento ambiental de obras e serviços”

RELATOR: Deputado NILTO TATTO.

PARECER: pela rejeição.

Vista ao Deputado Valdir Colatto, em 31/10/2017.

O Deputado Valdir Colatto apresentou voto em separado em 08/11/2017.

DESPACHO: CTASP è CMADS è CFT è CCJC (Comissões/Tramitação: Ordinária)

CABE VISTA: NÃO

5 ORIENTAÇÃO: CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR e FAVORÁVEL AO VTS DO DEPUTADO VALDIR COLATTO

ARGUMENTAÇÃO: Exigi que, para serem licitados, os projetos básicos de obras e serviços já tenham que estar licenciados pelas autoridades competentes. Além disso, os Entes da Federação adotariam os procedimentos determinados pela União no licenciamento dessas obras e serviços. A proposta ainda estabelece prazo de 60 dias, prorrogável justificadamente por igual período, após o qual ocorrerá a aprovação tácita das solicitações de licenciamento.

Um dos grandes entraves ao desenvolvimento nacional reside na lentidão com que são apreciados pedidos de licenciamento ambiental de obras públicas, dessa forma a proposta tem objetivo louvável, pois agilizaria a concessão dessas licenças quando o poder público se furtar de sua responsabilidade.

PROJETO DE LEI Nº 2.800/15 - do Sr. Alceu Moreira - que “altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelecendo normas para a manutenção de imóveis residenciais e comerciais em Áreas de Preservação Permanente localizadas em perímetros urbanos”.

RELATOR: Deputado NILTO TATTO.

PARECER: pela rejeição.

DESPACHO: CDU (Rejeitado) è CMADS è CCJC (Comissões/Tramitação: Ordinária)

CABE VISTA: SIM

6 ORIENTAÇÃO: CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR

ARGUMENTAÇÃO: Com as sucessivas promulgações de leis ambientais, parcelas desses lares e estabelecimentos, antes licenciados e regulares, passaram a ser considerados como construções irregulares sobre áreas de preservação ambiental, o que não se justifica em casos de estabelecimentos e moradias de baixo ou nenhum potencial de causar degradação ambiental. O projeto honra o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, ora que oferece a possibilidade de que o cidadão, cujo lar ou comércio tenha sido incluído em Área de Preservação Permanente, mantenha sua moradia ou atividade comercial, desde que a dita moradia ou atividade esteja adaptada às exigências de preservação ambiental e, sobretudo, aos ditames de desenvolvimento sustentável.



PROJETO DE LEI Nº 3.280/15 - dos Srs. Nilto Tatto e Leonardo Monteiro - que “altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências” (Apensados: PL 3308/2015 (Apensado: PL 7888/2017) e PL 6293/2016)

7 EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Inclusão de novos procedimentos à Política Nacional sobre Mudança do Clima para mitigação dos gases de efeito estufa.

RELATOR: Deputado VALMIR ASSUNÇÃO.

PARECER: pela aprovação deste, do Substitutivo 1 da CME, do Substitutivo adotado pela Comissão 1 da CME, do PL 3308/2015, do PL 6293/2016, e do PL 7888/2017, apensados. Não Deliberado, em 13/12/2017.

ORIENTAÇÃO: ACOMPANHAR

PROJETO DE LEI Nº 5.811/16 - do Sr. Moses Rodrigues - que “dispõe sobre a aplicação de recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação em fontes renováveis de energia pelos contratados para pesquisa e lavra de petróleo e gás natural”.

8 RELATOR: Deputado NILTO TATTO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO: ACOMPANHAR

PROJETO DE LEI Nº 6.391/16 - do Sr. José Guimarães - que “dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Caatinga pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB e dá outras providências”.

9 RELATOR: Deputado ÁTILA LIRA.

PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição da Emenda de Relator 1 da CINDRA, e da Emenda de Relator 2 da CINDRA.

ORIENTAÇÃO: ACOMPANHAR

RESULTADO: ENCERRADA POR FALTA DE QUÓRUM.

-

CINDRA

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

TERÇA-FEIRA 14/07

LOCAL: a definir - 10h

PROJETO DE LEI Nº 4.179/08 - do Sr. Ricardo Tripoli - que “estabelece o “Programa Desmatamento Zero” na Amazônia, e dá outras providências”.

4 RELATOR: Deputado JOÃO DANIEL.

PARECER: pela aprovação com emendas.

ORIENTAÇÃO: CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR



RESULTADO: ENCERRADA POR FALTA DE QUÓRUM.

-

15/08/2018 (QUARTA-FEIRA)

-

CFT

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

Quarta-FEIRA 15/08

LOCAL: Anexo II, Plenário 04 - 10h

PROJETO DE LEI Nº 7.039/14 – do Sr. Celso Maldaner – que “altera o art. 8º e o Anexo IX da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário”.

16 RELATOR: Deputado JERÔNIMO GOERGEN.

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela rejeição do Projeto e da Emenda da CFT.

ORIENTAÇÃO: FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

PROJETO DE LEI Nº 1.802/15 – do Sr. Carlos Bezerra – que “altera o Decreto-lei nº 167, de 1967, que “dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências”, para instituir a nulidade do aval dado em Cédula de Crédito Rural”.

RELATOR: Deputado JOÃO PAULO KLEINÜBING.

31 PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e do Substitutivo da CAPADR. Não deliberado face o encerramento da reunião por acordo dos Srs. Líderes, em 29/11/2017. Não deliberado face o início da Ordem do Dia do Congresso Nacional, em 13/12/2017. Retirado de pauta em virtude da ausência do Relator, em 06/12/2017, 11/04/2018, 18/04/2018, 25/04/2018 e 09/05/2018.

ORIENTAÇÃO: ACOMPANHAR

RESULTADO: ENCERRADA POR FALTA DE QUÓRUM.

-

Comissões TEMPORÁRIAS



13/08/2018 (SEGUNDA-FEIRA)

-

COMISSÃO ESPECIAL - POL. NACIONAL DE REDUÇÃO DE AGROTÓXICOS

COMISSÃO ESPECIAL - PL 6670/2016 (PNARA)

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

SEGUNDA-FEIRA 13/08

LOCAL: Anexo II, Plenário 13 - 14h30 - Após a audiência publica

REQUERIMENTO Nº 38/18 - do Sr. Heitor Schuch - que “requer a realização de Audiência Pública para debater a pesquisa, o incentivo e o desenvolvimento de tecnologias para a substituição do uso de agrotóxicos na realidade da agricultura familiar”.

1

ORIENTAÇÃO: ACOMPANHAR

RESULTADO: NÃO DELIBERADO.

-